

DISCRIMINAÇÃO ENGRAVATADA (DIÁRIO DA REGIÃO, 29 ABRIL 2004)

Na miscigenação racial deste imenso tapete verde-amarelo, todo mundo é nagô, estando presente predominantemente o sangue da raça negra. Demonstrar desdém em relação à cor da pele que reveste externamente o corpo humano de cútis branca, parda, preta ou amarela é uma discriminação patogênica manifestada por alguns indivíduos alienados, idiotas e nanocefálicos.

A cor ideal do homem deve acima de tudo, representar seus atos probos, sua conduta ilibada, bem como a prática salutar de ações significantes que o possa conceituar.

Não há ser humano sem cérebro, pois todos foram dotados pelo Criador de juízo e imaginação. Logo, todos nós temos um centro intelectivo com capacidade de discernimento para praticar condutas que são enxergadas e julgadas pela sociedade quanto ao mérito; jamais, portanto, de conformidade com a tonalidade da cútis.

A pretendida cota preferencial para os negros, os índios e os pardos, além de prioridade humilhante, é prática irracional descabida e vergonhosa, pois se constitui em mais um fator exógeno a alimentar a discriminação quando não leva em conta que o ingresso à universidade é afetado, na realidade, não pela cor da pele, mas tão-somente pelo quadro injusto que nos impõe o modelo capitalista brasileiro. Acima de tudo, a discriminação é contra os pobres.

A cor da pele não precisa da falsa comiseração oficial, pois, fazendo-se análise meticulosa da questão, vamos encontrar interesses escusos, politicagem mesquinha e forma obtusa de demonstrar o arrependimento das castas hereditárias que, no passado, cometiveram atrocidades contra negros e índios.

Não é necessário que se apiedem dessa gente por causa da cor de sua pele, pois não estão à espera de muleta para ingressarem na universidade. Precisam, no entanto, da conscientização coletiva no sentido de que a imensa riqueza nacional seja mais bem distribuída, de modo a atingir a todos os necessitados, independentemente de discriminação étnica.

O centro cognitivo do homem branco, índio, negro ou asiático não deve ser afetado pelo estado de pobreza e miséria decorrente da má distribuição de renda, o qual fomenta a criação de camadas de indigentes que não têm acesso à escolaridade básica nem a cursinhos de vestibular especializados.

Que o governo deixe cair a máscara da tapeação e de fomentar a discriminação étnica, procurando driblar a consciência de negros e índios no tocante ao humilhante processo de acesso à universidade. Que se dê condição material ao sofrido povo brasileiro, e que se providenciem cotas ingentes para os estudantes provavelmente pobres, os quais não têm como

pagar por seus estudos superiores e vivem na periferia das cidades, onde se sujeitam à contração de doenças infecto-contagiosas.

Que o Estado enxergue a existência de pessoas humilhadas e discriminadas por este mesmo Estado que sempre se alimentou do capitalismo perverso e cruel, e que sempre olhou para elas com desprezo e desconsideração não lhes dando oportunidade de crescimento econômico, preferindo proteger aos que já são fortes (*fortis fortuna adjuvat*), oriundos das camadas abastadas e dinásticas, soberanos estes, pertencentes a mesmas famílias que grudam que nem visgo no poder político, permanecendo no cimo da pirâmide social com o sadismo de manter subjugados os párias sociais.

O compadecimento das autoridades federais despreza o valor intelectivo dos afro-descendentes, e se constitui em racismo dissimulado, um assunto sempre deixado de lado pela maioria da nossa sociedade que o encobre com o manto da falsa “democracia racial”.

O racismo prende-se à idéia preconceituosa da existência de “raças superiores e raças inferiores”, e, a discriminação étnica é o conceito prévio com relação a uma determinada raça. Embora o combate a essas atitudes discriminatórias esteja regulamentado através de dispositivo constitucional e de leis específicas, faz-se necessária uma ampla divulgação desses efetivos para que sejam colocados em funcionamento, a fim de que se possam erradicar, de uma vez por todas uma das maiores injustiças sociais do nosso país.

Salientamos, por oportuno, que a existência e a aplicação das leis não são suficientes para que os objetivos supracitados sejam alcançados. Acima de tudo, são necessárias consciência e solidariedade. Consciência para se ter uma clara compreensão do racismo como uma forma desumana e cruel contra uma determinada raça e banirmos a falsa idéia da existência de raças “superiores” e “inferiores”. Solidariedade para perceber que a discriminação racial quando atinge a pessoa negra, por extensão, não só atinge todo povo negro, mas também todo ser humano, independente da cor ou raça.

Não há estudos científicos que comprovem a superioridade ou a inferioridade de qualquer raça. Existem, na realidade, civilizações mais ou menos complexas; e essa complexidade decorre de uma maior ou menor hegemonia econômica. Não há dúvidas, portanto, da existência de povos ricos educados dentro dos padrões dominantes da cultura européia, e de civilizações pobres que são contidas dentro do fatalismo religioso e desprovidas da visão crítica em relação à vida e à sociedade. **Sob o ponto de vista biológico, todas as raças têm o *substratum* orgânico e psíquico com capacidade de elevá-las ao nível das pretensas raças dominantes e superiores.**

No Brasil, Afrânio Peixoto, devido à mistura heterogênea de nosso povo terá que se recorrer a um profeta etnólogo para se descobrir os tipos definitivos de nossa gente. À época do descobrimento e do Brasil Colônia, os portugueses – solitários e minoritários – promoveram

uma remexida racial não somente com os índios, mas igualmente com os negros que viriam posteriormente engrossar a fila dos excluídos e marginalizados, surgindo a partir de então uma nação com predominância racial negra. Daí o fato de que todo brasileiro é nagô, e não adianta oxigenar os cabelos.

As expressões branca, parda e negra mantidas nas estatísticas oficiais correspondem à tonalidade do pigmento predominante, não tendo relevância alguma com designações etnográficas. Portanto, não se apiedem dos negros, facilitando-lhes o ingresso na universidade com cotas raciais. Dêem-lhes trabalhos dignos para que se possa promover a distribuição da riqueza nacional com mais eqüidade e justiça. Esta medida estende-se a todos: índios, pardos e àqueles que se dizem brancos, mas que também são marginalizados e excluídos sociais.

Não se admitem mais evasivas enganadoras e desculpas ardilosas, pois o que se exige é trabalho digno para todas as classes sociais e segmentos étnicos deste **imenso solo tupiniquim, deste longo chão auriverde e deste ingente trópico áfrico**. Exige-se, ademais, que todos que aqui moram e convivem tenham direito à cidadania brasileira, o que lhes dá a garantia de serem enxergados como gente no sentido grupal e sociológico do termo.

Cuidem dos pobres, dos humildes e dos excluídos, dando-lhes oportunidade de levarem vida honrada com trabalho dignificante, a fim de que não passem fome e não venham a desintegrar a família quando levado pela desesperança e aflição. Não se pede generosidade governamental. Exige-se, no entanto, o direito de serem vistos e enxergados como pessoas humanas, e não como escombros e escórias na sociedade.

Geraldo Dias de Andrade é Cel. PM/RR – Bel. em Direito – Membro da Academia Juazeirense de Letras – Escritor – Cronista – Membro da ABI/Seccional Norte.